

# Semiótica e Pragmatismo: Interfaces Teóricas

## *Semiotics and Pragmatism: Theoretical Interfaces*

Ivo Assad Ibri

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP  
ibri@uol.com.br

**Resumo:** Este trabalho desenvolve uma reflexão sobre as interfaces lógicas entre o Pragmatismo e a Semiótica de Charles S. Peirce, definindo e aproximando ambas as doutrinas à luz dos conceitos de *significado* e *conduta*, que aparecerão associados às noções de *interpretante* e *conseqüências práticas*, valendo-se da doutrina do Falibilismo como temática comum.

À luz do arcabouço teórico do autor, procurar-se-á mostrar como ambas as doutrinas constituem a ferramenta lógica necessária à construção de uma ontologia, tal qual esta aparece no quadro das ciências da filosofia de Peirce.

**Palavras-chave:** Semiótica. Pragmatismo. Falibilismo. Metafísica.

**Abstract:** *This paper reflects on the logical interfaces between Charles S. Peirce's Pragmatism and Semiotics, identifying and bringing together both doctrines in light of the concepts of meaning and conduct that will appear associated with the notions of interpretant and practical consequences, taking into account the doctrine of Fallibilism as a common theme.*

*In light of the author's theoretical framework, we will endeavor to show how both doctrines represent the necessary logical tool for the construction of an ontology, such as it appears within the domain of Peirce's philosophical sciences.*

**Keywords:** *Semiotics. Pragmatism. Fallibilism. Metaphysics.*

Na tradição da filosofia contemporânea, Peirce diferencia-se por diversos matizes. Certamente um deles é o caráter marcadamente ontológico de seu pensamento; seu realismo de colorido escolástico espalha-se por quase todas as teorias de seu vasto sistema de idéias. As questões de que se ocupa tal sistema têm sua origem na Antiguidade e na Idade Média<sup>1</sup>, muitas delas nuançadas pelo problema lógico e metafísico da dualidade particular-geral, reposicionando, à luz da ciência moderna, a velha querela entre nominalismo e realismo. Embora tivesse falecido em 1914 e não convivido, portanto, com as filosofias da ciência e a epistemologia que se lhe sucederam, ele acentuaria as

---

<sup>1</sup> Em NEM.III/2, p. 161 (1911), Peirce declara: "Li todo trabalho da escolástica medieval que pude encontrar, depois de ler tudo, de natureza lógica ou filosófica, que foi preservado dos gregos."

marcantes diferenças que seu sistema teria para com elas, notadamente, a nosso ver, devido a esse caráter realista de sua filosofia. Discordaria, com certeza, de sistemas filosóficos descarnados de mundo, confinados ao interior da linguagem e ao método das ciências, sem os riscos de uma ontologia onde estivesse concebida não tão-somente a alteridade, mas também a realidade dos universais.

De fato, pode-se dizer que, no plano dos fundamentos da ciência, as feridas abertas pelo ceticismo de Hume jamais se fecharam. Parece-nos que o mau entendimento da filosofia crítica de Kant, no seu resgate da possibilidade de se fazer ciência em face do ceticismo, gerou exageros nominalistas. A Metafísica necessitava, de fato, de uma lavagem de método, e isso o pensamento kantiano proporcionou. Mas a reforma teórica da metafísica propugnada por Kant não significava o abandono do mundo e uma espécie de recolhimento da filosofia na linguagem.

Segundo Peirce, a filosofia deve distanciar-se da pretensão de ser um exercício de ceticismo<sup>2</sup>; preferencialmente deve ela partir, pelo contrário, do feixe de crenças que são comuns à maioria dos homens e refletir sobre sua possibilidade lógica, e não apenas, como faz Hume, psicológica. Seu interesse primordial terá foco, nesses termos, no senso comum e nas crenças que guiam as ações. Todo o significado do corpus teórico de qualquer doutrina está nas crenças que ela humanamente implanta, influenciando desse modo a conduta. Esse é o sentido geral do Pragmatismo, princípio filosófico criado pelo autor e que baliza todo o seu pensamento.

Sob o ponto de vista epistemológico, as teorias tidas como verdadeiras instauram crenças e guiam as ações possíveis que se encontram em seu domínio. Há aqui, também, um casamento entre o Pragmatismo e seu Realismo de conteúdo escolástico. Crê-se que as regras implicadas nas teorias sobre o mundo *representem* regras *reais* que atuam sobre os objetos da experiência. O realismo ontológico está implicado nas crenças, conforme expressa Peirce na seguinte passagem:

Uma das principais doutrinas destes homens (os nominalistas) [...] é aquela herdada das épocas pré-científicas, segundo a qual toda generalização é uma *mera matéria de conveniência*. O homem científico, de outro lado, sem teorizar sobre os gerais, implicitamente defende que as leis são realmente operativas na natureza, e que a classificação que ele tão duramente está tentando obter é expressiva de fatos *reais*.<sup>3</sup>

A menção explícita aos nominalistas, como herdeiros de um pensamento pré-científico, traz a crítica onipresente na obra do autor a esta postura filosófica que predominou na esmagadora maioria dos sistemas filosóficos, da Idade Média à contemporaneidade. Seu próprio realismo foi alvo de severas autocríticas, corrigindo deslizos nominalistas em seu pensamento de maturidade<sup>4</sup> e submetendo à análise crítica mesmo seu paradigma de realismo filosófico, Duns Scotus<sup>5</sup>. Esse realismo, que se

---

<sup>2</sup> Ao menos no que se refere a um ceticismo metodológico como o cartesiano.

<sup>3</sup> N-II, p. 19 (1894); os grifos são nossos.

<sup>4</sup> Cf., por exemplo, CP 5.457 (1905).

<sup>5</sup> CP 1.560 (1905). Sobre esse ponto, examinar RAPOSA (1984). As relações entre Peirce e Duns Scotus são objeto da obra de BOLER (1963).

torna progressivamente mais radical<sup>6</sup>, entrelaça-se com seu trabalho na Lógica dos Relativos<sup>7</sup>, sua lista final das categorias cenopitagóricas e sua classificação definitiva das ciências<sup>8</sup>.

O realismo peirciano, que temos reputado como axial em seu pensamento, reflete-se em sua conceituação de *realidade*<sup>9</sup>, na qual se explicitam os predicados de alteridade e generalidade:

Eles (os filósofos modernos) dizem-nos que somos nós que *criamos* as leis da natureza! O que é *real* permanece assim se você ou eu ou qualquer coleção de pessoas opinem ou pensem ser ele verdadeiro ou não. Os planetas sempre foram acelerados em direção ao sol por milhões de anos antes que qualquer mente finita estivesse num ser para ter qualquer opinião sobre o assunto. Portanto, a lei da gravitação é uma *realidade*.<sup>10</sup>

Ainda:

*Real* é aquilo que possui os atributos que ele possui, independentemente de qualquer pessoa ou grupo de pessoas existentes pensar que ele os possua. Assim, Hamlet não é real, uma vez que sua sanidade depende ou não de Shakespeare tê-lo pensado são.<sup>11</sup>

E, finalmente,

O físico certamente afirma que ele encontra  *fatos reais*, cuja existência não depende mais do pensamento de qualquer pessoa que a carruagem na fábula depende da mosca para se movimentar. Exemplificando, ele sustenta ser isso verdade para as leis de mistura de cores. Estas leis são realidades que permanecem o que elas são quaisquer que possam ser nossas opiniões sobre elas.<sup>12</sup>

Há nessas três passagens a clara afirmação da independência da realidade com relação à linguagem, alternativamente à total dependência da ficção. Sob o ponto de vista semiótico, dir-se-ia: em um caso há uma relação de radical alteridade entre signo e objeto, enquanto na produção do imaginário o ser do objeto é totalmente constituído pelo signo. É, na verdade, o ponto fulcral para a distinção entre realidade e criação do espírito: a primeira tem permanência e alteridade diante da mente; a segunda tem a evanescência da fantasia. Nessa distinção se funda a possibilidade, segundo o autor, do conceito de verdade, estruturado, como bem recomenda seu realismo, numa relação de correspondência, imperfeita que seja<sup>13</sup>, entre representação e realidade ou entre signo

---

<sup>6</sup> CP 5.470 (1906).

<sup>7</sup> Conforme THIBAUD (1975), p. 84-85.

<sup>8</sup> Cf. PARKER (2003), SANTAELLA (1992, cap. 5-6). No âmbito dessa classificação, HANTZIS (1987) aborda as ciências constituintes da filosofia.

<sup>9</sup> Em trabalho anterior, efetuamos uma análise detalhada do conceito peirciano de realidade. Cf. IBRI (1992, p. 19-38).

<sup>10</sup> NEM-III/1, p. 165 (1911); os grifos são nossos.

<sup>11</sup> NEM-III/2, p. 881 (1908); o grifo é nosso.

<sup>12</sup> N-I, p. 73 (1886). Cf. também, CP 1.16 (1903), 1.26 (1903) e 8.12 (1901).

<sup>13</sup> Essa imperfeição da relação de correspondência é um dos eixos da doutrina peirciana do *falibilismo*.

e objeto<sup>14</sup>. Esse objeto francamente *outro* para a mente, como condição de possibilidade da verdade, associa-se à concepção evolucionária da relação signo-objeto, caracterizada por uma gradativa aproximação assintótica da representação em relação ao real. Esse aspecto da obra do autor, que torna íntimas doutrinas epistemológicas e ontológicas, necessita ser entendido sob um aspecto sistêmico, nem sempre presente na obra dos comentaristas<sup>15</sup>. No restrito espaço deste artigo, todavia, cabe apenas evidenciar este ponto de *destacamento* do objeto em relação à sua representação como essencial ao realismo do autor: "...a essência da opinião do realista é que uma coisa é *ser* e outra coisa *ser representado*".<sup>16</sup>

Os estudos da lógica dos relativos, associados ao da teoria da continuidade,<sup>17</sup> levaram Peirce a identificar generalidade e continuidade sob o ponto de vista ontológico. De fato, é opinião enfática do autor que o estatuto da lei natural como generalidade real é o que permite o desenvolvimento de previsões corretas do curso futuro dos fenômenos. A lei, para Peirce, como um *esse in futuro*,<sup>18</sup> é dotada de continuidade espaciotemporal: "...continuidade é um elemento indispensável da realidade, e continuidade é simplesmente o que a generalidade se torna na lógica dos relativos e, assim, como a generalidade, ela é [...] a essência do pensamento".<sup>19</sup>

A amplificação do conceito de generalidade pelo conceito de continuidade, por meio da lógica dos relativos, faz com que Peirce reformule, à luz desse novo enfoque, a questão sobre a realidade dos universais:

*o continuum* é aquilo que a lógica dos relativos mostra ser o verdadeiro universal, uma vez que nenhum realista é tão tolo a ponto de dizer que nenhum universal é uma ficção. Assim, a questão do nominalismo e realismo toma esta forma: são alguns *continua* reais?<sup>20</sup>

Nessa afirmação do realismo como *continuidade*, de fato está implicada a possibilidade do *continuum* do pensamento cognitivo e mediador e de seu correlato, o *continuum* da espaciotemporalidade do real. Nesse continuum está a possibilidade desta humana e ubíqua (não exclusivamente um privilégio das ciências) tendência à descrição do futuro, mesmo que se refira a fatos quase imediatos: "Cinco minutos de nossa vida consciente dificilmente passarão sem que façamos algum tipo de predição."<sup>21</sup>

<sup>14</sup> CP 5.549-73 (1906). SINGER (1985) parece-nos equivocar-se ao supor equivalência entre ficção e realidade porque ambas são capazes de fixar crenças. Ora, segundo Peirce, somente o verdadeiro fixa crenças e, estrito senso, não se pode falar em *verdade* no universo da ficção.

<sup>15</sup> Exemplarmente, cite-se MARGOLIS (1993, p. 300-2).

<sup>16</sup> N-III, p. 86 (1902).

<sup>17</sup> Em IBRI (1992), a análise dessa teoria que Peirce denomina sinequismo, do grego *synechês*, contínuo, situa-se em p. 62-9.

<sup>18</sup> CP 5.48 (1903).

<sup>19</sup> CP 5.436 (1905). ARMSTRONG (1980), v. 2, p. 80-1, sem a relação realismo-sinequismo na obra do autor, classifica-a como um positivismo dialético (sic). Peirce sempre foi um crítico do positivismo comtiano [cf., por exemplo, CP 5.597 (1898)] e não se encontra em sua filosofia nenhum traço explícito ou não da dialética de extração hegeliana.

<sup>20</sup> EM-IV, p. 343 (1898).

<sup>21</sup> CP 1.26 (1903).

A hipótese da realidade dos *continua* não faz de Peirce, contudo, um determinista<sup>22</sup> no sentido ontológico do termo. Sua doutrina do Acaso<sup>23</sup>, como um princípio real de aleatoriedade, preconiza que os eventos da natureza não estão estritamente sob regras causais, numa coexistência entre ordem e desordem, simetria e assimetria. A Fenomenologia, como ciência inventariante das classes de experiência, evidencia que a natureza apresenta um grau de espontaneidade responsável pelas suas irregularidades e desvios da lei, em face da imensa variedade que a caracteriza. Aquele princípio de aleatoriedade, admitido no começo do século passado pela física atomística,<sup>24</sup> faz de Peirce um pioneiro na doutrina, conforme vários testemunhos<sup>25</sup>. Entre eles, talvez o mais notório na contemporaneidade seja o de Popper<sup>26</sup>. Afirma esse autor:

Peirce conjecturou que o mundo não era regido pelas estritas leis newtonianas, mas que era também regido ao mesmo tempo por leis de acaso, ou do fortuito, ou da desordem; por leis de probabilidade estatística. Isso fez do mundo um sistema encadeado de nuvens e relógios [...] Até onde sei, Peirce foi o primeiro físico e filósofo pós-newtoniano que ousou adotar assim a concepção de que, até certo grau, todas as nuvens são nuvens; ou, em outras palavras, que só existem nuvens, embora nuvens de graus muito diferentes de anuviamento.

Assinale-se, a propósito, essa aproximação topicamente teórica entre Peirce e Popper, ambos assumidamente indeterministas, recusando a causalidade estrita como uma espécie de pesadelo.

Na filosofia de Peirce, a indeterminação no plano da representação harmoniza-se com seu correlato ontológico de indeterminação, fazendo corresponder uma natureza compartilhada de anuviamento entre signo e objeto. Certamente, *verdade*<sup>27</sup> não poderá ser expressa por um conceito que a cristalize de modo inexplicável como algo acabado e final, mercê do prisma peirciano de bivalência quanto à indeterminação epistemológica e ontológica; é, neste ponto, muito interessante registrar que os desvios em relação aos efeitos simétricos da lei são assimilados por Peirce como espécies de *erros* naturais. Da somatória dos erros da ação tipicamente humana às imprecisões de mensuração das

<sup>22</sup> Cf. IBRI (2001).

<sup>23</sup> Denominada por Peirce de Tiquismo, do grego *Tyché*, acaso. Essa doutrina, a propósito, tem sido alvo de interpretações equivocadas, a exemplo de COSCULLUELA (1992), para quem o acaso pode ser subsumido ao cruzamento (sic) de duas cadeias causais.

<sup>24</sup> BORN (1951, p. 19), um dos pais da ciência contemporânea, afirmou: “De fato, os desenvolvimentos mais recentes na física quântica mostraram que devemos abandonar a idéia de leis estritas e que todas as leis da natureza são realmente leis do acaso.”

<sup>25</sup> Em KRÜGER (1990), encontramos: “Em 1890, encontramos a primeira afirmação filosoficamente séria do indeterminismo moderno. O autor foi o impertinente (sic) C.S. Peirce e, de início, dificilmente alguém o levou muito a sério” (v. 1, p. 53); e também: “Alguns cientistas e filósofos se converteram a uma visão do mundo fundamentalmente indeterminista ou probabilista, bem antes e independentemente da teoria quântica (por exemplo: os matemáticos Emile Borel e Richard von Mises, os físicos Franz Exner e Marian von Smoluchowski e os filósofos Charles S. Peirce e Hans Reichenbach, para mencionar apenas algumas das mais proeminentes figuras” (v. 2, p. 376).

<sup>26</sup> POPPER (1975, p. 199).

<sup>27</sup> Cf. IBRI (1999).

experiências decorre o que se poderiam denominar *erros de representação*. Essa é a base da doutrina do Falibilismo<sup>28</sup>, que, no ver do autor, procura desfazer a exatidão do fazer científico:

A mente não científica tem as mais ridículas idéias sobre a precisão do trabalho de laboratório, e se surpreenderia bastante ao saber que, excetuando as medições em eletricidade, a maioria delas não excede a precisão de um tapeceiro que vem medir uma janela para um par de cortinas.<sup>29</sup>

Todavia, os **erros** da representação e os desvios do anuviamento do objeto não alteram de modo algum o caráter da realidade enquanto tal:

Eu não digo que a formulação de Newton sobre a lei da gravidade está estritamente correta, porque quando Newcomb estava trabalhando com planetas inferiores, Mercúrio e Vênus, escrevi-lhe e chamei sua atenção para o fato de que certos movimentos de Mercúrio mostram que a atração não é precisamente o inverso da 2ª potência da distância mas, antes, é proporcional à potência -2,01 aproximadamente; percebi que em suas tabelas, não apenas referentes a Mercúrio, mas também a Vênus, ele houvera introduzido tal correção [...] Sem dúvida, todas as nossas outras formulações das leis são meramente aproximações; mas as leis, como elas de fato são, são **reais**.<sup>30</sup>

Completando uma tríade ontológica, Peirce reconhece a distinção entre existência e realidade<sup>31</sup>, em que aquela é um modo especial desta; em verdade, a relação entre as duas é, genericamente, entre o particular e o geral, entre o discreto e o contínuo, entre o finito e o infinito ou, utilizando uma terminologia antiga, entre ato e potência<sup>32</sup>. Essa distinção entre realidade e existência se entrelaça com a tríade categorial da metafísica de Peirce: Acaso, Existência e Lei, associadas, respectivamente, a Primeiridade, Segundidade e Terceiridade. Nunca é demais lembrar que a articulação entre as categorias impõe que as generalidades do Acaso e da Lei incidam sobre a determinação particular da Existência; em outras palavras, equivalentemente, os modos de ser da Primeiridade e da Terceiridade incidem no modo de ser da Segundidade.

Na primeira das ciências da filosofia, a Fenomenologia, evidenciam-se as categorias não como formas do mundo, mas como modos de ser da aparência e da consciência<sup>33</sup>. De sua vez, o Pragmatismo peirciano não se apresenta exclusivamente como regra lógica para discernimento do significado dos conceitos mas, também, como uma relação necessária entre o geral e o particular,<sup>34</sup> tornando-se o cerne lógico-metafísico

---

<sup>28</sup> Cf. IBRI (1992, p. 50-3).

<sup>29</sup> EM-III/2, p. 897 (1908). ALMEDER (1982) supõe incompatíveis as teorias da correspondência da verdade e o falibilismo. Contudo, deve-se ressaltar que na obra desse autor não se encontra explícita a consideração de que a correspondência é meramente aproximada, como convém a uma filosofia indeterminista e evolucionista como a de Peirce.

<sup>30</sup> EM-III/1, p. 165 (1911).

<sup>31</sup> P 5.503 (1905); CP 6.349 (1902); NEM-III/1 (1898), p. 882.

<sup>32</sup> Ressalvadas as diferenças entre os conceitos aristotélico e peirciano. Peirce frequentemente utiliza aqueles termos tão-somente à luz dessa relação particular-geral.

<sup>33</sup> Conforme já consideramos em IBRI (1992, cap. 1).

<sup>34</sup> *Ib.*, p. 110, onde propomos três possíveis formulações da máxima do pragmatismo no âmbito da metafísica.

de toda sua arquitetura filosófica. A ausência dessa dimensão ontológica do Pragmatismo, que, em outras palavras, assume que a interioridade indeterminada da potência deve, sob pena de *nada ser*, exteriorizar-se no ato, dando-se, assim, a conhecer, compromete a interpretação da doutrina, fazendo com que ela pareça uma regra a priori, verdadeira e absoluta, desarmonizando-se com o falibilismo.<sup>35</sup>

Embora Peirce reconheça não ser sua teoria mais original, preferindo suas pesquisas na lógica dos relativos e teoria dos grafos<sup>36</sup>, a derivação da formação das leis naturais a partir do acaso, como uma tendência do universo à aquisição de hábitos de conduta, abre as portas para sua teoria evolucionista e para seu Idealismo Objetivo<sup>37</sup>, pontos essenciais para o desenvolvimento de sua Cosmologia<sup>38</sup>. A teoria ontológica da aquisição de hábitos, o Idealismo Objetivo e sua Cosmologia são considerados os aspectos mais antropomórficos do pensamento do autor, pelos quais ele foi objeto de muitas críticas. No entanto, em diversas ocasiões, manifestou-se francamente convencido do antropomorfismo contido em todas as teorias tidas como verdadeiras, e essa característica era consequência inevitável da inteligibilidade do mundo<sup>39</sup>, cuja estrutura é relativa à mente humana, não obstante em relação a ela mantenha sua absoluta alteridade<sup>40</sup>. O evolucionismo peirciano, um eixo basilar de seu pensamento, afina-se, nesse ponto, com a contemporaneidade das ciências da natureza, em particular com a astronomia, a biologia, a história natural, as geociências etc. A propósito, é interessante citar que o autor questiona a possibilidade de coerência teórica em uma filosofia que não tenha um eixo evolucionário: “É duvidoso se é possível qualquer outra posição filosófica consistente que não a evolucionista.”<sup>41</sup>

Esse evolucionismo, que põe em relação genética Acaso e Lei, evidencia o aumento da diversidade e da complexificação do universo. Peirce afirma em uma passagem de sua obra: “*toda* diversidade e especificidade dos eventos é atribuível ao Acaso”.<sup>42</sup> O Acaso, esse princípio de espontaneidade da natureza, é responsável pelos desvios dos eventos em relação à lei, quebrando a tendência à simetria que ela provoca, não apenas, como se supõe, na micromatéria, mas no comportamento da matéria cósmica, conforme constatam os astrônomos John Barrow e Joseph Silk:

<sup>35</sup> A exemplo do que afirma MICHAEL (1988, p. 346): “Isso nos traz um importante conflito na filosofia de Peirce. Peirce, como um falibilista, não aceita nenhum princípio como absoluto. Mas a máxima pragmática, interpretada como um critério de significação, parece ser apenas isso, um princípio absoluto.” O princípio da máxima do pragmatismo é, a nosso ver, condição primeira para a possibilidade de qualquer *realidade* e sua *cognição* como positividade: a interioridade tem de se fazer fenômeno como exterioridade. Daí decorre sua possibilidade no plano do significado.

<sup>36</sup> Examinar carta do autor a William James, datada de 25 dez. 1909 (NEM-III/2, p. 872-4). Nesse mesmo volume [p. 885 (1908)], Peirce afirma ser a teoria dos grafos sua *chef d’oeuvre*.

<sup>37</sup> Analisamos, também, essas doutrinas em IBRI (1992, p. 49-50 e 55-62).

<sup>38</sup> Op. cit., cap. 5.

<sup>39</sup> CP 1.316 (1894); 5.47 (1903); 5.212 (1903).

<sup>40</sup> CP 5.311 (1868).

<sup>41</sup> NEM-IV, p. 140 (1898).

<sup>42</sup> CP 6.53 (1892), 1.160 (1905).

Uma das características mais extraordinárias de nosso universo é o fato de ele, apesar de à primeira vista parecer perfeitamente simétrico, em um exame mais acurado revelar-se destituído de uma simetria exata. O Universo em grande escala é quase uniforme, mas não completamente; as partículas elementares são quase iguais às suas imagens reversas, mas não exatamente; os prótons são quase estáveis, mas não completamente. Teriam as coisas sido construídas segundo linhas reminiscentes de um mundo antigo, em que os artífices evitaram criar estruturas de simetria perfeita para não ofender os deuses?<sup>43</sup>

Importa que, sob o ponto de vista do falibilismo, as assimetrias do mundo devem impor uma forma à representação que a descaracterize como determinista. Assim, as teorias matemáticas probabilísticas conformam-se à sintaxe do signo, não como uma medida de nossa ignorância sobre a determinação do objeto,<sup>44</sup> mas, ao contrário, como representação que é enformada pelo que evidencia a observação. Não à toa, o modelo da distribuição normal ou modelo gaussiano é tido como “onipresente na natureza”.<sup>45</sup>

Dentro desse ambiente de indeterminação dado pela presença do Acaso, o universo para Peirce é, contudo, evolucionariamente teleológico. Sem, evidentemente, poder cobrar dos clássicos uma postura evolucionária, típica da inspiração darwiniana do século 19, Peirce, contudo, tece crítica ao determinismo de Hegel:

A *Logik* intencionou ser um espelho de todo o desenvolvimento da mente; e Hegel, com todo aquele romantismo que era característico de sua época, era, ainda, essencial e determinadamente, um homem que desejava estar atualizado com todo aquele desenvolvimento mental. Noventa anos desfilaram diante de nós desde que a *Logik* foi escrita; e o resultado é que ela agora se autocondena. Em primeiro lugar, o sistema, não em seu espírito mais verdadeiro e profundo, mas como ele foi construído, [...] é anti-evolucionário, anti-progressivo, pois representa o pensamento atingindo seu objetivo perfeito. Não há meta concebível para qualquer vida racional, exceto o progresso para uma meta futura. A *Logik* supôs espelhar a história da mente; e seu primeiro passo dado corresponde a Tales, que noventa anos atrás parecia permanecer no limiar do pensamento. Tales, contudo, viveu apenas há vinte e cinco séculos passados; e sabemos agora que os homens liam e escreviam cinquenta séculos antes dele, enquanto o desenvolvimento da mente se iniciou incontáveis eras antes de o homem tornar-se homem.<sup>46</sup>

Ao mencionar uma mente pré-humana, Peirce não está se referindo diretamente a um Deus criador, mas ao caráter mental e primordial da origem e estrutura do Universo, que funda seu Idealismo Objetivo monista.

---

<sup>43</sup> BARROW/SILK (1988, p. XI).

<sup>44</sup> Em CP 6.612 (1893), Peirce afirma: “o acaso, seja ele absoluto ou não, não é mera criatura de nossa ignorância. Ele é aquela diversidade e variedade das coisas e eventos que a lei não prevê”.

<sup>45</sup> BARROW/SILK (1988, p. 165. Nessa obra, p. 171, ainda se lê: “A quebra das simetrias entre as diferentes forças fundamentais é uma manifestação da chamada *quebra espontânea da simetria*. Intrigante nesse fenômeno é o fato de ele ilustrar como as leis simétricas, incorporadas em equações, podem levar a resultados assimétricos.”

<sup>46</sup> N-III, p. 124 (1903); os grifos são nossos.

A antecedência evolutiva do Universo em relação ao homem, bem como as teorias disponíveis sobre a origem da linguagem como uma aquisição humana no interior da própria Natureza, tecem um quadro de crescimento e aprendizagem que sustentam e tornam logicamente compreensíveis as opiniões do autor, a exemplo de:

Infiro, em primeiro lugar, que o homem adivinha alguma coisa dos princípios secretos do universo porque sua mente se desenvolveu como uma parte deste universo e sob a influência desses mesmos princípios.<sup>47</sup>

E ainda:

Assim, todo conhecimento vem até nós pela observação. Uma parte é forçada sobre nós do exterior e parece resultar da mente da Natureza; uma parte vem das profundezas da mente tal como vista na interioridade, a qual, por um anacoluto egoísta, denominamos *nossa mente*.<sup>48</sup>

Aqui se evidencia como a construção metafísica de Peirce, no sentido de uma concepção de mundo, condiciona suas diversas doutrinas. Desenha-se uma justificativa de nosso poder heurístico, nossa humana capacidade em formular teorias verdadeiras. A Lógica da abdução, como o autor a chamava, designando o espaço lógico em que desenvolvemos nossas conjecturas sobre o mundo, mostra, na opinião do autor, um intrigante sucesso, isto é, uma frequência notável de acertos, malgrado sua também alta incidência de erros. Esse espectro de acertos na formulação de hipóteses verdadeiras merece justificativa dentro da própria filosofia. Peirce, nesse ponto, discordaria de Popper: uma lógica da descoberta não pode estar entregue à Psicologia.

Todavia, à luz do sistema de Peirce, essa questão parece ser circular, uma vez que toda construção metafísica é, segundo o autor, conjectural e, distante de qualquer dogmatismo, falível como convém a qualquer teoria positiva. Não poderá essa construção hipotética, assim, ser fundamento de uma lógica da hipótese. Contudo, a questão não é de fundamento, mas de justificativa não fundacional, que poderia ser concebida como uma *harmonia sistêmica*. Assim, há uma conceituação naturalística e evolucionária da mente que se harmoniza com sua tarefa heurística, a saber, com seu trabalho de buscar verdades.

Não nos parece outro o caminho plausível para se estudar uma lógica heurística. A origem da semiose, ou seja, a genética dos procedimentos cognitivos, deve trilhar um caminho não transcendental, a saber, buscar na interatividade da mente com sua ambiência evolucionária a justificativa de sua competência de descoberta. De fato, ao confinar tão-somente tal justificativa numa espécie de *função cega da alma*, expressão que se pode emprestar de Kant, abdica-se de um tratamento objetivo que ela possa ter para restringi-la a um subjetivismo afeito à Psicologia.

Desse modo, essa reintrodução do mundo, tal qual propõe Peirce, significa entendê-lo como o ambiente evolutivo da inteligência. Sem se pretender aqui delimitar o chão teórico de uma lógica da descoberta, ou da Abdução como o denomina Peirce, pode-se ao menos delinear sob que rede de doutrinas ela se desenha.

---

<sup>47</sup> CP 7.46 (1907).

<sup>48</sup> CP 2.444 (1893).

Junto com a indução e a dedução, a *abdução* forma os três modos de argumento lógico que, para Peirce, constituem a lógica da investigação científica. Evidentemente, abrindo mão de toda certeza absoluta e verdades finais, a par de não se reduzir a um empirismo tosco, a indução não sofre de uma carência de fundamento dentro do sistema peirciano, em razão do caráter naturalmente falível de suas conclusões. O realismo dos universais, ou das leis da natureza, não obstante impedido de ser fundamento do argumento indutivo sob pena de fazer a lógica ancorar-se na metafísica, é, todavia, a hipótese mais forte do pensamento de Peirce e da qual decorre boa parte de sua harmonia sistêmica. Um realismo das leis instaura essa harmonia quando também se acentua, sob o princípio do pragmatismo, que o significado das teorias se situa, para Peirce, em um tempo futuro: todo saber deve ser preditivo – essa é sua essência mesma. Assim, há que se admitir um *continuum* entre os estados de coisas das experiências presente e futura, e esse *continuum* traduz-se, principalmente, em um princípio de ordem dado pelas leis ou, na terminologia das categorias de Peirce, na realidade da Terceiridade.

O falibilismo é uma *doutrina* e não um *método*. Ele decorre de um sistema teórico que incorpora a lição kantiana de fazer uma metafísica fundada na lógica sem, contudo, a tarefa hercúlea do sujeito constituidor de dar forma àquilo que de gênese não a tem, solução, a propósito, que pode ser comparada a um remédio alopático eficiente, mas agressivo pelos seus efeitos colaterais caracterizados por aquele resíduo de mundo incognoscível, constituído pela coisa-em-si.

Assim, uma conseqüência axial decorre do falibilismo de Peirce, quando ele propugna que os limites do saber sejam substituídos pelos limites de sua precisão. Todo saber é falível porque, além de conter a soma das possibilidades de incidência de variáveis aleatórias, seja do agir humano, seja dos procedimentos semióticos de construção das representações, interage com a erraticidade intrínseca dos fenômenos, que impõe desvios em relação às leis.

Se toma como chão do significado das teorias suas conseqüências práticas, ou, em outras palavras, suas conseqüências experienciáveis<sup>49</sup>, o pragmatismo preconiza que resultados aproximados, mas não menos capazes de balizar a conduta futura, têm, por essa razão, garantido seu caráter semiótico-cognitivo. A cadeia de interpretantes, em seu fluxo de significação, tem, dessa forma, mercê de seu compromisso com o *continuum* do pensamento, uma interatividade com as conseqüências que pragmaticamente balizam a conduta futura.

Assim se entrelaçam o Pragmatismo e a Semiótica<sup>50</sup>. Em ambos está presente essa tensão para o futuro dos interpretantes e da conduta que a eles se associam, e que Peirce levou à radicalidade, inspirado, parece-nos, no conceito de *experiência possível* de Kant, deixando, contudo, um terreno categorial para o incondicionado, ampliando o espectro cognitivo possível dos fenômenos. Na Primeiridade está o ninho onde a liberdade poderá ter acolhida e, com ela, tudo o que a ela se associa: sua presença como teor de indeterminação preditiva do signo, como risco que impregna a adoção de qualquer conduta humana, como convite a pensarmos aquilo que é novo, original, como desafiantemente advindo de um não-tempo onde a razão está apenas em germe.

---

<sup>49</sup> Cf. IBRI (2000).

<sup>50</sup> Cf., também, para essa relação o excelente capítulo 2 de HAUSMAN (1993).

Tanto o signo quanto o objeto deverão curvar-se à inexorável ação do Acaso, deixando de lado a pretensão de uma mitológica precisão das teorias, a par de concepções de um mundo pronto, determinado e submisso a padrões de necessidade lógica que são distantes do que tem evidenciado o curso histórico de nossa experiência.

## Bibliografia

- ALMEDER, Robert. (1982) “Peircean Falibilism”. *Transactions of Charles S. Peirce Society*, v. XVIII, nº 1, 57-65.
- ARMSTRONG, D.M. (1980) *Nominalism and Realism: Universals & Scientific Realism*. Cambridge: Cambridge University Press. 2 v.
- BARROW, John D.; SILK, Joseph. (1988) *A mão esquerda da criação*. São Paulo: Martins Fontes.
- BOLER, John F. (1963) *Charles Peirce and Scholastic Realism: A Study of Peirce’s Relation to John Duns Scotus*. Seattle: University of Washington Press.
- BORN, Max. (1951) *The Restless Universe*. New York: Dover Publications.
- COSCULLUELA, Victor. (1992) “Peirce on Tychism and Determinism”. *Transactions of Charles S. Peirce Society*, v. XXVIII, nº 4, 741-756.
- EISELE, Carolyn (ed.) *The New Elements of Mathematics by Charles S. Peirce*. The Hague; Mouton, 1976. 4 v; referido no texto como NEM.
- HANTZIS, Catharine Wells. (1987) “Peirce’s Conception of Philosophy: Its Method and Its Program.” *Transactions of Charles S. Peirce Society*, v. XXIII, nº 2, 289-307.
- IBRI, Ivo Assad. (1992) *Kósmos Noétos: A arquitetura metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Perspectiva/Hólón.
- \_\_\_\_\_ (1999) “Verdade e continuum.” *Hypnós*, São Paulo, ano 4, n. 5, p. 280-9.
- \_\_\_\_\_ (2000) “As Conseqüências de ‘Conseqüências Práticas’ no Pragmatismo de C.S. Peirce.” *Cognitio: revista de filosofia*, n. 1, São Paulo, p. 30-45, 2. sem. 2000.
- \_\_\_\_\_ (2001) “Sobre a incerteza.” *Trans/Form/Ação*, Marília, n. 23, p. 97-104.
- KETNER, Kenneth L.; COOK, James Edward (Eds.). *Charles Sanders Peirce: Contributions to the Nation*. Lubbock: Texas Tech Press, 1975-1987; 4 v; referido no texto como N.
- KRÜGER, Lorenz et al. (Eds.). (1990) *The Probabilistic Revolution*. Cambridge: The MIT Press. 2 v.
- MARGOLIS, Joseph. (1993) “The Passing of Peirce’s Realism.” *Transactions of Charles S. Peirce Society*, v. XXIX, nº 3, 293-330.

MICHAEL, Fred. (1988) "Two Forms of Scholastic Realism in Peirce's Philosophy." *Transactions of Charles S. Peirce Society*, v. XXIV, nº 3, 317-348.

PEIRCE, C.S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Ed. by: C. Hartshorne & P. Weiss (v. 1-6); A. Burks (v. 7-8). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-58. 8 v.; referido no texto como CP.

POPPER, Karl. (1972) Of Clouds and Clocks. In: *Objective Knowledge*. Oxford: Clarendon Press. p. 206-55.

RAPOSA, Michael L. (1984) "Habits and Essences." *Transactions of Charles S. Peirce Society*, v. XX, nº 2, 147-168.

SANTAELLA, Lúcia. (1992) *A assinatura das coisas*. Rio de Janeiro: Imago.

SINGER, Marcus G. (1985) "Truth, Belief and Inquiry in Peirce." *Transactions of Charles S. Peirce Society*, v. XXI, nº 3, 383-406.

THIBAUD, Pierre. (1975) *La logique de Charles Sanders Peirce: De l'algebre aux graphes*. Aix-en-Provence: Ed. de l'Université de Provence.